



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE – FACES**

**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**ARNOM ABNER DA SILVA GONZAGA**  
**DANIEL ALVES RODRIGUES LUCIANO**

**A ORM-POLOP E A FORMAÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA**  
**DEPENDÊNCIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE THEOTÔNIO DOS**  
**SANTOS E RUY MAURO MARINI**

**BRASÍLIA**  
**2017**



**ARNON ABNER DA SILVA GONZAGA  
DANIEL ALVES RODRIGUES LUCIANO**

**A ORM-POLOP E A FORMAÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA  
DEPENDÊNCIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE THEOTÔNIO DOS  
SANTOS E RUY MAURO MARINI**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica  
apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e  
Pesquisa pela Faculdade de Ciências da  
Educação e da Saúde – FACES

Orientação: Raphael Lana Seabra

**BRASÍLIA, 04 de agosto  
2017**

*Dedico esta pesquisa a meus filhos,  
Cecília e Ernesto, com sinceras desculpas  
por minha ausência*

## **A ORM-POLOP e a formação da Teoria Marxista da Dependência: as contribuições de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini**

**Arnon Abner da Silva Gonzaga – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista**  
[arnomabner@hotmail.com](mailto:arnomabner@hotmail.com)

**Daniel Alves Rodrigues Luciano– UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário**  
[daniel260597@hotmail.com](mailto:daniel260597@hotmail.com)

**Professor orientador – Raphael Lana Seabra**  
[raphaelseabra@hotmail.com](mailto:raphaelseabra@hotmail.com) e [raphael.seabra@uniceub.br](mailto:raphael.seabra@uniceub.br)

A presente pesquisa tem por objetivo avaliar as relações de reciprocidade entre as teses políticas da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP) e as elaborações teóricas nas obras iniciais de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, posteriormente conhecidas como teoria marxista da dependência. O método de análise contempla duas fases distintas e complementares: a primeira fase se debruçará sobre a formação e desenvolvimento da organização através da análise de alguns documentos políticos da organização, com foco em seu *Programa Socialista para o Brasil* de 1967; a segunda fase analisa a presença e reelaboração das concepções da organização política em duas obras de dois intelectuais-militantes, *Socialismo ou Fascismo: o caráter da nova dependência e o dilema latino-americano*, de Theotônio dos Santos, e, *Subdesenvolvimento e Revolução*, de Ruy Mauro Marini. Esta organização tem grande importância por ser a primeira a desafiar a hegemonia do Partido Comunista Brasileiro, abrindo caminho para a Esquerda Revolucionária Brasileira, como também aquela cujas contribuições ganharam contornos conceituais em análises posteriores dando uma enorme contribuição às ciências sociais à compreensão e crítica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e latino-americano, forjando assim a teoria marxista da dependência.

**Palavras-Chave:** ORM-POLOP – Teoria Marxista da Dependência – Ruy Mauro Marini – Theotônio dos Santos

## **Lista de Siglas**

**ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária**

***Programa SB* – Programa Socialista para o Brasil**

**PCB – Partido Comunista do Brasil**

**PC's – Partidos Comunistas**

**PSB – Partido Socialista Brasileiro**

**PTB – Partido Trabalhista Brasileiro**

**UnB – Universidade de Brasília**

## Sumário

<b>1. Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>2. Objetivos.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1. Objetivo Geral.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2. Objetivos Específicos.....</b>	<b>10</b>
<b>3. Fundamentação Teórica.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1 – Balanço crítico da formação da Teoria da Dependência no Brasil.....</b>	<b>12</b>
<b>4. Metodologia.....</b>	<b>19</b>
<b>5. Resultados e Discussões.....</b>	<b>23</b>
<b>5.1 – “Esquerda Revolucionária” ou “Nova Esquerda” brasileira?.....</b>	<b>23</b>
<b>5.2 – A ORM-POLOP e a interpretação do capitalismo brasileiro.....</b>	<b>28</b>
<b>5.3 – “Reelaboração” e “Presença” <i>polopiana</i> na Teoria Marxista da Dependência de Marini e Santos.....</b>	<b>43</b>
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>45</b>
<b>7. Referências.....</b>	<b>47</b>

## 1. Introdução

Nas duas últimas décadas é observável no meio universitário brasileiro o resgate, divulgação e grande interesse despertado pelas obras dos principais autores da teoria marxista da dependência como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank. O renovado interesse na teoria da dependência tem permitido um novo marco de reconsideração e interpretação de seus principais elementos teóricos e analíticos para estudo do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, encontra-se um crescente número de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações, teses, artigos e livros versando sobre a temática da dependência.

A presente pesquisa se insere nesse renovado interesse de resgate e atualização da teoria marxista da dependência. A proposta do projeto teve início em junho de 2015 na 36ª *Semana de História do UniCeub*, através do minicurso *A Leitura do Golpe de 1964 pelas Esquerdas Brasileiras: o caso da ORM-POLOP*, onde tivemos cerca de 42 estudantes inscritos. Neste primeiro contato e elaboração da temática foram analisados alguns documentos da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) e comparados com trechos de obras de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, como modo de articular o trabalho historiográfico com a análise teórica, mas, sobretudo, indicar aos estudantes a relação recíproca entre os conhecimentos forjados no calor da luta política com aqueles elaborados dentro da universidade, sugerindo o fato de que as ciências sociais são prenes de comprometimento, seja com a transformação seja com a conservação social. Desmantelando mitos sobre a *neutralidade* do conhecimento social.

A pesquisa retoma de certo modo a perspectiva crítica à suposta *neutralidade axiológica das ciências sociais*, todavia, dada o prolongamento da pesquisa, se propõe aprofundar os elementos de gestão teórica da teoria marxista da dependência no Brasil. Existe certo consenso de que as principais contribuições da referida teoria tenham se desenvolvido no em Santiago do Chile, cidade onde se encontravam exilados seus principais expoentes, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank. Esse consenso desconsidera ou atribui pouca importância às relações destes intelectuais com o ambiente político-social brasileiro onde as ideias começam a ser geradas. Sem uma análise consistente do ambiente político-social brasileiro, da crise da hegemonia do Partido

Comunista Brasileiro (PCB), da ebulição de novas concepções sobre a aplicação do marxismo à realidade nacional e do caráter da revolução, nos parece impossível compreender a enorme produtividade dos referidos autores em seu exílio chileno. A intenção é lastrear o desenvolvimento de suas concepções ainda no calor do embate político no Brasil entre 1959 e 1967. Logo, é fundamental buscar nas resoluções, diretrizes e no programa político da ORM-POLOP, como também alguns dos textos dos referidos autores preparados as bases para sistematizações, refinamentos e avanços posteriores. A delimitação das obras de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos não se deu ao acaso<sup>1</sup>: em primeiro lugar, por serem os principais representantes da teoria marxista da dependência; segundo, suas trajetórias políticas, intelectuais e profissionais coincidentes, militando na ORM-POLOP desde sua fundação, o início da docência na Universidade de Brasília (UnB) entre 1962 e 1964, o exílio no Chile e México, e o retorno ao Brasil após a anistia. A não observância da dialética objetivo-subjetiva na produção da dependência tem acarretado nos mais absurdos mal-entendidos entre os interpretes, divulgadores e debatedores da temática – principalmente entre os autores de língua inglesa<sup>2</sup>.

A retomada da teoria marxista da dependência no Brasil tem, paralelamente, direcionado ao recentíssimo interesse sobre a ORM-POLOP. Parte desse impulso das análises historiográficas sobre a organização política é resultado das atividades do *Centro de Estudos Victor Meyer* que tem se tornado o principal preservador e difusor da memória da organização. O Centro possui enorme importância não apenas por digitalizar e disponibilizar uma vasta parte da produção da organização entre os anos 1959 e 1986, mas também pela produção e organização de livros que interpretam sua trajetória política e teórica. Não cabem dúvidas de que esta pesquisa seria inviável sem o material disponibilizado em seu website.

---

<sup>1</sup> Poderíamos ter incluído a presença e reelaboração das teses polopistas tanto nos trabalhos de Vânia Bambirra como também de André Gunder Frank. Porém, tal inclusão colocaria algumas dificuldades como a imaturidade teórica de Bambirra no período referido, posto que era estudante de Sociologia e Administração Pública na Universidade Federal de Minas Gerais. No caso de Frank a dificuldade resultaria de sua contribuição errática e vacilante a tal teoria, mantida sempre em nível intuitivo, cuja ruptura com a dependência ocorre logo no início dos anos 1970.

<sup>2</sup> Merecem menção três livros que abordam a temática e que reproduzem tais limitações: *Dependency: A Critical Synthesis of the Literature* de Ronald Chilcote (1974), *Development theory in transition. The dependency debate and beyond: third world responses* de Magnus Blömström e Bjørn Hettne (1984) *Theories of Development. Capitalism, colonialism and dependency* de Jorge Larraín (1998) e *The Dependency Movement. Scholarship and Politics in Development Studies* de Robert A. Packenham (1998).



Com diferentes matizes encontramos autores que consideram existir relações muito próximas entre o conjunto de teses desenvolvidas pela Organização Revolucionária Marxista- Política Operária (Polop) e o que posteriormente viria a ser denominado de teoria da dependência: Bambirra (1983, p. 21) e Marini (2005, p. 66) consideram que a conjuntura de crise político-econômico das décadas de 1950 e 1960, como o esforço da ORM-POLOP em buscar uma fundamentação sólida para contra arrestar a política de alianças do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foram decisivos para a formação da teoria da dependência; Mantega (1984, p. 210), Ouriques (1995, p. 28), Mattos (2007, p. 222), Ridenti, (2010, p. 34-35), Leal (2014, p. 144-160), Vieira (2015, p. 57), Kamayama e Stotz (2016, p.70-71), Dal Rosso e Seabra (2016, p. 1033), ainda que com objetivos distintos sugerem a relação recíproca entre as formulações da Esquerda Revolucionária e a gestação da teoria da dependência. Até o momento o que encontramos são considerações genéricas que não aprofundam o sentido efetivo das relações entre as concepções da organização política e aquelas elaboradas por intelectuais, quer dizer, não exploram as possibilidades de que contribuições como as de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos (e em menor grau de André Gunder Frank) tenham presentes e reelaboradas partes significativas das orientações e do programa político da ORM-POLOP.

## **2. Objetivos**

### **2.1. Objetivo Geral**

A presente pesquisa pretende explorar a presença e reelaboração de categorias e conceitos existentes nas obras de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos presentes nas orientações políticas da ORM-POLOP, sugerindo com maior clareza a relação entre o embate político e a produção teórica das ciências sociais brasileira e latino-americana.

### **2.2. Objetivos Específicos:**

- a) Refazer criticamente os caminhos da formação da Teoria da Dependência no Brasil, delimitando suas relações com a conjuntura nacional dos anos 1960 e com as organizações políticas de esquerda daquela década;
- b) Definir o que seria a "esquerda revolucionária" brasileira e como esta foi fundamental para a ruptura com as teses de explicação do desenvolvimento capitalista brasileiro e latino-americano defendidas por desenvolvimentistas, cepalinas e comunistas vigentes até os anos 1960;
- c) Analisar criticamente a presença e reelaboração das orientações políticas da ORM-POLOP, na forma de uma linguagem comum nas contribuições de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos;
- d) Apresentar uma interpretação mais consistente de que o Brasil seria o primeiro momento de desenvolvimento da teoria marxista da dependência.

### 3. Fundamentação Teórica

O presente projeto se propõe a reavaliar a temática da formação e desenvolvimento teórico sobre a vertente marxista da dependência com intuito de desconstruir certas incompreensões e falsificações a seu respeito, sobretudo no Brasil. Estas são profundas e produzem um falso consenso sobre o alcance teórico-conceitual da produção sobre o tema. Grande parte desses desentendimentos a respeito da dependência são resultados da incompreensão das disputas políticas ao redor das alternativas para a América Latina ao longo dos anos 1960 e 1970, disputa que reflete na própria heterogeneidade caracterizadora da teoria da dependência, e que explica a existência de várias polêmicas e divergências entre os autores. O grande desafio é relacionar tanto o ambiente político-social onde as ideias foram geradas com os diferentes níveis de análises, de enfoque, de radicalismo político, que tornam extremamente complexo, e até mesmo arbitrário, estabelecer as filiações teóricas dos diversos autores. Qual a razão das dificuldades e absurdos das classificações dos autores *dependentistas*? Suas contribuições às ciências sociais seriam tão bizarras ao ponto de aparentar um emaranhado confuso de influências, métodos e conceitos?

### 3.1 – Balanço crítico da formação da Teoria da Dependência no Brasil

Como mencionado na introdução, desde os anos 1970, momento em que as discussões ao redor da temática da dependência ganham maior evidência, encontramos intentos de classificação da diversidade de autores incluídos nessa corrente intelectual. A maioria dos esforços de classificação teórico-intelectual tende a reduzir a formação da teoria da dependência a mero desdobramento acadêmico crítico às teses estruturalistas da *Comissão Econômica para América Latina e Caribe* (CEPAL). Essa tendência limita duas contribuições à temática como centrais: as referentes a Fernando H. Cardoso e as referentes a André Gunder Frank. A polarização entre duas contribuições atribui, portanto, duas paternidades à teoria da dependência, o que empobrece muito a compreensão da formação de tal teoria. Assim, encontramos as variadas divisões/classificações:

a) entre o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* (André G. Frank, que influenciou Ruy Mauro Marini), a *Nova Dependência* (Theotônio dos Santos), o *desenvolvimento e dependência* (Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto), e *dependência e imperialismo* (Franz Hinkelammert e Aníbal Quijano), elaborada por Ronald Chilcote(1974);

b) entre *teorias do subdesenvolvimento* ou *escola do CESO* (Andre G. Frank como irradiador desta corrente), a *dependência como nova formulação da Cepal* (Osvaldo Sunkel e Celso Furtado como representantes), e *a metodologia para a análise de situações concretas de dependência* (Fernado H. Cardoso e Enzo Faletto), atribuída por Gabriel Palma (1981);

c) entre a *análise da Cepal radicalizada* (Celso Furtado e Osvaldo Sunkel), as *influências marxistas* (Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto), as *influências neo-marxistas* (Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini), a *dependência cristalizada* (André G. Frank), estabelecida por Magnus Blömstron e Bjorn Hettne;

d) a divisão em dois grandes grupos: o primeiro grupo abrangeria a *teoria da dependência* (André G. Frank), *análise do sistema-mundo* (Immanuel Wallerstein) e *intercâmbio desigual* (Arghirri Emmanuel); o segundo grupo incluiria *estruturalistas* (Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel e Celso Furtado), *periferias desequilibradas* (Franz Hinkelammert),e *desenvolvimento dependente-associado* (Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto), atribuída por Jorge Larrain (1998);

e) entre teorias marxistas da dependência (Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Thomas A. Vasconi, André Gunder Frank) e *teorias reformistas da dependência* (Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, Celso Furtado, Helio Jaguaribe, Aldo Ferrer, Aníbal Pinto), estabelecida por Cristóbal Kay (1989);

f) entre enfoques *ortodoxos* (André G. Frank) e *não-ortodoxos* (Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto) feita por Robert Packenham (1998).

Estas classificações dos *dependentistas* apresentadas não são as únicas, mas são representativas para o levantamento de algumas questões importantes, tendo em vista o processo de surgimento e desenvolvimento do enfoque da dependência. Mas elas sugerem as dificuldades de classificação dos autores, posto que majoritariamente tomam por base apenas o ambiente acadêmico de produção e circulação de ideias, centrando-se apenas no exílio chileno dos autores brasileiros envolvidos. A delimitação proposta por Kay (1989) de dois campos políticos e intelectuais opostos, ainda que não estabeleça todo o itinerário de formação e debate ao redor da temática da dependência, aproxima-se mais de sua realidade histórica.

Dois ensaios recentes atribuem o surgimento da teoria da dependência não só a determinado autor, mas também, a determinado país. Ainda que com objetivos diferentes, Garcia (2009) e Beigel (2014) consideram que devido à centralidade de Santiago do Chile na produção do pensamento desenvolvimentista cepalino desde os anos 1950, aquele país reunia as condições para que Fernando H. Cardoso desenvolvesse a “teoria da dependência”, relegando às contribuições de outros autores, como de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra a papel coadjuvante. Como conceber que uma série de intelectuais formados no Brasil e em meio à crise do desenvolvimentismo, cujo resultado foi o golpe cívico-militar perpetrado contra o governo de João Goulart em 1964, repentinamente “descubram” no Chile a questão da dependência e por intermédio de apenas um intelectual?

É muito curioso que escape à maioria dos analistas anteriormente elencados as constantes referências de Santos (1973 [1971]), Marini (1971, 2012 [1972]), Bambirra (1983) e, inclusive, Frank (1978 [1970], 1991) à importância das discussões travadas seja no interior da ORM-POLOP, seja no ambiente político do país para o desenvolvimento posterior da teoria marxista da dependência. Uma forma de contornar tal lacuna encontra-se no estabelecimento de *eixos geográficos* de desenvolvimento da teoria marxista da dependência. A primeira menção aos

*eixos geográficos* é de Theotônio dos Santos (1991, p.26), que sugere a existência de três eixos geográficos, o brasileiro entre 1961 e 1964, o chileno entre 1970 e 1973, e posteriormente, o mexicano até fim dos anos 1970. Outro autor que faz menção aos eixos geográficos é Nildo Ouriques, que levanta o fato de que a importância do Brasil não é dada ao acaso, se forem considerados o fato de que vários intelectuais que participaram de maneira ativa na construção de tal teoria eram provenientes deste país, como também foi no Brasil onde as contradições do capitalismo dependente se aprofundaram primeiramente, inaugurando um novo período de ditaduras militares como forma de dominação burguesa no continente, sobretudo no Cone Sul (Ouriques, 2017, p.138). São pistas importantes para a realização da pesquisa, muito embora não sigam além da indicação do primeiro momento de formação da teoria marxista da dependência.

Com diferentes objetivos encontramos autores que consideram existir relações muito próximas entre o conjunto de teses desenvolvidas pela Organização Revolucionária Marxista- Política Operária (Polop) e o que posteriormente viria a ser denominado de teoria da dependência. Em 1978, Vânia Bambirra, já refutava qualquer consideração da teoria marxista da dependência como mero desdobramento acadêmico, vinculando organicamente o surgimento de tal teoria com as disputas políticas aprofundadas pela crise do nacional-desenvolvimentismo no Brasil:

“Não foi, portanto, aleatório que os primeiros esforços de elaboração das teses sobre a dependência tenham surgido no Brasil, nos primeiros anos da década dos anos sessenta, por parte de intelectuais e militantes da conhecida esquerda revolucionária. No Brasil, a ideologia nacionalista havia chegado ao seu auge com a formação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, durante o governo Kubtschek. Em vários ambientes universitários, em setores da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e no departamento de Ciências Humanas e Filosofia e de Economia da Universidade de São Paulo, começaram a questionar as teses do ISEB e a esboçar as da dependência. Do mesmo modo, no agrupamento de esquerda denominado Política Operária se buscou desenvolver estas teses na busca de uma fundamentação mais sólida para contrarrestar os argumentos que defendiam a aliança de classes preconizada pelo Partido Comunista e que, na prática, havia sido conduzida pelo governo de Goulart” (Bambirra, 1978, p.21).

Em seu memorial, Ruy M. Marini refuta categoricamente a redução da teoria marxista da dependência ao meio acadêmico, à condição de reflexo crítico às teses cepalinas:

“Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a veem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da CEPAL, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a nova esquerda – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. A CEPAL só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional” (Marini, 2005, p.66).

As duas longas citações são importantes por dois motivos: primeiro, pois são reflexões de dois autores fundamentais da corrente; segundo, por reforçar a hipótese da pesquisa sobre a relação entre o surgimento da *esquerda revolucionária* e a teoria marxista da dependência no Brasil. Outras referências endossam a importância da discussão levantada pela pesquisa.

Foram encontrados dois livros que tangenciam as questões levantadas na pesquisa. O primeiro livro, *A Economia Política Brasileira* de 1984, Guido Mantega, ainda que incorra no erro de incluir a teoria marxista da dependência como uma corrente da *IV Internacional*, sugere que suas teses são resultados das críticas às linhas do PCB e do esgotamento do desenvolvimentismo (Mantega, 1987, p.210). O segundo livro, seguindo na esteira dos equívocos de Mantega, *O Fantasma da Revolução Brasileira* de Marcelo Ridenti, fruto de sua tese de doutorado defendida em 1989, onde sua posição faz caminho inverso, quer dizer, atribui a André Gunder Frank as teses da “teoria da dependência”, e que estas teses teriam influenciado a ORM-POLOP e as pequenas organizações vindouras, além de reproduzir as críticas de Mantega de estagnacionismo Ridenti, (2010, p. 34-35).

No quinto volume de *A História do Marxismo no Brasil*, publicado inicialmente em 2005, foi encontrado o artigo *Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)*, de Marcelo Badaró Mattos. O artigo vai além da reprodução da

história e levantamento de dados sobre a organização, adentrando no debate sobre o papel desempenhado pela organização na conjuntura dos anos 1960. Para resgatar as propostas e trajetória da ORM-POLOP, Mattos propõe a análise da composição social da militância e sua inserção nos movimentos sociais, avaliação e interpretação da realidade brasileira, o caráter da revolução, e as propostas de intervenção e influência nos debates políticos e intelectuais (Mattos, 2013, p. 199). O breve balanço da ORM-POLOP feito por Mattos interessa diretamente a presente pesquisa. O autor destaca que “o diagnóstico da inevitabilidade do golpe decorria da necessidade da burguesia de superar a crise econômica por meio de um governo de força que pudesse ampliar ainda mais a exploração da classe operária” (Idem, p.220), formulado já em 1962 [buscar documento], “foi influente não apenas no debate político das esquerdas, mas também nas análises acadêmicas que, a partir de então, passaram a ser formuladas para explicar aquela conjuntura” (Ibidem).

Marcelo Badaró Mattos levanta também as bases teóricas da organização, destacando as contribuições da teoria do imperialismo de Vladimir I. Lenin, como também as contribuições da teoria da cooperação antagônica de Ernest Tahlheimer. A reformulação destas bases teóricas de forma original para a interpretação do capitalismo brasileiro, “tomadas em conjunto, tais propostas interpretativas constituem o corpo central do que se convencionou chamar de ‘teoria da dependência’” (Mattos, 2013, p.222). Nesse sentido, o autor confere grande importância teórica aos elementos de análise encontrados no *Programa Socialista para o Brasil (Programa SB)* de 1967 – documento síntese da organização – ao dizer que:

“Daí que termos que ali [Programa SB] apareciam de forma difusa ganhassem contornos conceituais em análises posteriores, como era o caso da ideia de desenvolvimento ‘tardio’ do sistema capitalista no Brasil, ou da avaliação de que as altas taxas de exploração da força de trabalho no campo serviram de fonte de acumulação para o capitalismo industrial, que, por outro lado, passava a se ver limitado pelas dimensões diminutas do mercado interno e as baixas taxas de produtividade agrícola” (Mattos, 2013, p. 221).

Ao adentrar o debate sobre o papel desempenhado pela organização na conjuntura dos anos 1960, Mattos corrobora a tese levantada na pesquisa sobre a *presença e reelaboração* das análises *polopianas* em trabalhos posteriores, no caso



da pesquisa, a formulação da teoria marxista da dependência nas obras de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

Um segundo trabalho é o artigo, *A formulação do Programa Socialista para o Brasil e o caminho da independência de classe: contribuições de Érico Sachs*, de autoria de Ceici Kameyama e Eduardo Stolz, publicado na coletânea, *Érico Sachs/Ernesto Martins um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*, organizada por Sérgio Paiva em 2016. Ainda que não seja o objetivo do texto, ao final do artigo atribuem a presença da *dependência* as “teses de Paul Baran sobre o capitalismo dependente em países da América Latina, que encontraram guarida no Programa. Essa formulação é nítida na frase inicial do segundo tópico *As lutas de classes no Brasil, a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil*” (KAMEYAMA e STOTZ, 2016, p.71). No entanto, atribuem importância a discussão mais ampla e não exaurida no campo da esquerda até nossos dias sobre a dependência, que encontra em *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini, sua versão mais avançada.

O terceiro trabalho de maior relevância para a pesquisa é o livro de Leogevildo Pereira Leal, *História da POLOP: alternativa marxista ao reformismo na esquerda brasileira*, publicado em 2014, mas resultado da reelaboração de sua dissertação de mestrado defendida em 1992. Dentre os autores analisados, Leogevildo Leal é o autor que maior esforço realiza para desenvolver as relações entre as análises da ORM-POLOP e o desenvolvimento da teoria marxista da dependência. Retomando um artigo de Eric Sachs, fundador e ex-dirigente da organização, que considerava caber à organização operar uma análise do imperialismo em seus novos traços, Leal afirma que:

“Foi na investigação desta realidade [nova dinâmica do imperialismo], especialmente no que se refere às relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista, com destaque para o Brasil e a América Latina, que a *Polop* desenvolveu um conjunto de teses que posteriormente seriam grupadas (sic) sobre a denominação da Teoria da Dependência. É certo que a Teoria da Dependência, enquanto formulação global, não foi adotada formalmente pela organização, chegando mesmo a se constituir em polêmica interna do grupo ao final da década de 70; é certo, contudo, que os conceitos fundamentais da teoria (dependência, arrocho estrutural, superexploração e pauperização progressiva das massas) integraram as posições básicas da organização” (Leal, 2014, p.145-146).

Leal sugere diretamente que o *Programa SB* votado e aprovado em plenária em 1967 irá incorporar conceitos-chave já então elaborados no desenvolvimento da teoria da dependência (Leal, 2014, p.147). Leal também atribui grande papel às elaborações e análises de Ruy Mauro Marini sobre as discussões internas da ORM-POLOP, como por exemplo, o relatório com uma análise do golpe, seus antecedentes imediatos e as perspectivas das lutas de classes no país apresentado por este ao Comitê Nacional em março de 1965, que viria a ser publicado em 1969 em *Subdesenvolvimento e Revolução*. Ainda que Leal indique algumas “incidências” da dependência no *Programa SB*, sua exposição reflui à discussão do mérito teórico da dependência travada ente Marini e Fernando H. Cardoso, como também numa breve revisão de *Dialética da Dependência*. Quanto à polêmica levantada pelo autor, esta extravasa a existência efetiva da ORM-POLOP, sendo travada pela nova Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO), em dois momentos: o primeiro na *Resolução de Friburgo* (OCML-PO, 1974), onde se esboça uma crítica sutil à categoria de *superexploração do trabalho* de Marini, mas as críticas abertas e a ruptura encontram-se no documento *Voltando às Raízes* de (OCML-PO, 1979). Mas é importante destacar que as referências bibliográficas básicas do Curso Básico de formação de quadros publicado em princípios de 1968 constam três artigos de Ruy Mauro Marini e dois de André Gunder Frank para análise da realidade brasileira, junto a outro de Eric Sachs (Polop, 2011).

Realizada a fundamentação teórica é notável o fato de que as classificações teóricas dos autores ligados à teoria marxista da dependência é não apenas arbitrária, mas também destituída de historicidade. As classificações elencadas no início da fundamentação teórica simplesmente fazem das *ideias simples desdobramentos de outras ideias*, que como numa espécie de *moto-contínuo* renovam a si mesmas sem relação com o mundo externo à academia. Por outro lado, as relações entre as teses e análises *polopianas* com o que viria a ser conhecido como *teoria marxista da dependência* não são profundos o suficiente, ainda persistem lacunas e sugestões.

#### 4. Metodologia

A metodologia da pesquisa foi dividida em duas fases distintas e complementares: a primeira fase se debruçará sobre os documentos de formação da organização, desde o editorial da *Revista Movimento Socialista* de 1959 até o *Programa Socialista par o Brasil* de 1967; a segunda fase consiste na análise comparada com intuito de verificar a existência de reciprocidade-continuidade daquelas concepções da organização nas obras de dois intelectuais-militantes, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

A delimitação temporal entre 1959 e 1967 pode ser compreendida por três motivos: 1º) em julho de 1959 foi publicado o primeiro número da *Revista Movimento Socialista*, onde seu editorial “As razões a missão do ‘Movimento Socialista’” define o papel do periódico como fase de preparação e reelaboração das concepções marxistas, de sua aplicação original à realidade brasileira, como também a imperiosidade de organizar um partido proletário independente; 2º) o programa aprovado sintetiza as elaborações políticas e teóricas da organização desde 1961; e, 3ª) pouco antes da aprovação do referido programa de 1967 duas seções importantes da Polop – de Minas Gerais e São Paulo – se cindiram e formaram em Minas os Comandos de Libertação Nacional (Colina) e em São Paulo a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), fato que leva à extinção da ORM-POLOP e a formação de uma nova organização a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO).

Sobre a primeira fase da pesquisa, as fontes documentais foram coletadas no website do Centro de Estudos Victor Meyer. Como mencionado na introdução, sem o aporte de documentos resgatados, digitalizados e disponibilizados pelo centro na rede mundial de computadores, a pesquisa seria irrealizável. Durante a coleta dos dados necessários, de análise dos documentos, buscamos contato direto com Theotônio dos Santos por telefone. A princípio foi considerada a possibilidade de entrevista com o autor. Mas duas dificuldades obstaculizavam a realização da entrevista: primeiro, dificuldades de recursos disponíveis, posto que o projeto não previa custos de passagem e estadia para realização de entrevistas fora de Brasília; segundo, dado o falecimento de Ruy Mauro Marini em 1997, e, portanto, a impossibilidade de realização da entrevista, poderia gerar uma situação de desequilíbrio na construção de novas fontes. Portanto, foi optado não utilizar tal recurso.

No levantamento das fontes encontramos uma vastidão de materiais disponibilizadas no website do Centro de Estudos Victor Meyer, fato que exige a seleção daquelas mais representativas para a realização dos objetivos propostos:

- *Revista Movimento Socialista, nº1, julho de 1959;*
- *Convocatória para o 1º Congresso da POLOP, de 24 de julho de 1960 de Eric Sachs;*
- *Jornal Política Operária, ano 1, nº1, janeiro de 1962;*
- *Perspectivas da Luta de Classes no Brasil, Tese Aprovada no II Congresso, Revista Política Operária, março-setembro de 1963;*
- *Programa Socialista para o Brasil, aprovado em setembro 1967;*
- *O PSB e a fase atual da Luta de Classes, de 1983 de Eric Sachs;*

A seleção destes documentos se fez por refletirem a preocupação básica de compreender teoricamente as condições gerais das lutas de classes no país, para daí definir o “caminho” da Revolução Brasileira. Com vistas a conferir maior objetividade na análise das fontes documentais (jornais, revistas, resoluções e programa político) foram levantados alguns conceitos recorrentes na produção entre 1959 e 1967:

- Aplicação original do marxismo/ compreensão do capitalismo no Brasil;
- Política Operária, Esquerda Revolucionária, Nova Esquerda;
- Nacionalismo-Desenvolvimentismo;
- Reformismo/ Cooperação ou Colaboração de Classes
- Prestismo, Luís Carlos Prestes, PCB;
- Semicolônia, Imperialismo, Dependência;
- Bonapartismo, Governo de Força, Fascismo;
- Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo;
- Frente da Esquerda Revolucionária;
- Aventureirismo, Oportunismo, Espontaneísmo;
- Juventude da Classe Operária no Brasil;
- Cooperação Antagônica;
- Guerra Revolucionária, Insurreição e Luta Armada.

Ainda que não tenha sido enumerado o total das recorrências destes conceitos e categorias, eles não apenas são recorrentes nas discussões internas da ORM-POLOP, como também estão presentes e reelaborados nas obras posteriores

de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Como instrumento de coleta e geração de dados, a separação dos conceitos-categorias na forma de palavras-chave (conceitos) foi fundamental para conferir maior objetividade, indicando a formação de uma linguagem comum dos militantes da organização e como essa linguagem esteve presente e foi reelaborada nas obras posteriores dos dois intelectuais militantes objetos da pesquisa.

A segunda fase da pesquisa consiste na análise comparada dos dados coletados nos documentos da ORM-POLOP com as obras de dois intelectuais-militantes, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Segundo Charles Ragin (2007), a comparação não é nem descrição em paralelo, nem estabelecimento de semelhanças e diferenças, ainda que um pouco de cada uma seja indispensável no processo de fazer inteligível um estudo comparativo. A riqueza da comparação está mais no processo do que no produto, nas relações que ela nos permite enxergar, antes do que na enumeração tediosa de semelhanças e diferenças. Porém, no caso específico da comparação entre as orientações políticas da organização e as obras dos dois intelectuais-militantes há de se ter em mente o risco de *estiramento conceitual* alertado por Giovanni Sartori (1994), quer dizer, atribuir o mesmo significado a conceitos e categorias preparados para situações distintas.

Tendo em vista as especificidades do método comparativo e sob o risco do estiramento conceitual, ao contrário do projeto de pesquisa onde foram utilizadas as categorias de “influência” e “desdobramentos” das concepções da ORM-POLOP nas obras de Marini e Santos, foi percebido ao longo do desenvolvimento da pesquisa que tais noções implicavam certos problemas. De imediato, a noção de *influência* acarreta a passividade do receptor, e não menos problemática é a noção de *desdobramento*, pois ainda que traga a ideia de abrir ou estender o que estava dobrado, reflete também a passividade, à mera recepção de concepções prontas e sua reprodução. Nesse sentido, seguindo as proposições de Eduardo Devés Valdés e César Ross Orellana (2009), foram utilizadas categorias mais relevantes como as de *presença* e *reelaboração*. A “presença” deve ser entendida no caso dos autores que em seu pensamento existam menções à categorias e conceitos provenientes da organização política na qual militavam; e por “reelaboração” entendemos a produção intelectual desses autores que se valeram daquelas categorias e conceitos da organização política para trabalhar problemáticas próprias e ressignificá-los de maneira original.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas duas obras seminais que sintetizam o acúmulo político e teórico de ambos os autores, ainda que tenham sido publicadas nos primeiros anos de exílio. Para a análise da presença e reelaboração das teses *polopianas* em Marini, foi selecionado o livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, publicado originalmente em 1969 e reeditado em 1972. Para os objetivos da presente pesquisa, vale ressaltar que a primeira parte do segundo capítulo da obra, *Política e Lutas de Classes*, foi baseada no relatório sobre a situação política no Brasil apresentado por Marini em sua última reunião na organização em março de 1965. Sem dúvidas é um livro focado no caso brasileiro, resultado de trabalhos publicados desde 1965, marcado pelo acento na nascente teoria marxista da dependência, como também por aplicar o marxismo de modo criativo para a compreensão do caso brasileiro, mas também por sua audácia política que buscava romper com a timidez da *neutralidade axiológica* imperante naquele momento (Marini, 2005, p.82). No mesmo sentido, para a análise da presença e reelaboração das teses *polopianas* em Santos, foi selecionado o livro *Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*, publicado originalmente em 1969, mas reeditado em 1972. Assim como Marini, Santos fundamenta sua obra com base na crise brasileira, porém retomando alguns pontos levantados em seu primeiro livro, *Quem são os Inimigos do Povo* (1963), em sua dissertação de mestrado defendida em 1965, como também as hipóteses lançadas num artigo publicado na *Revista Civilização Brasileira* em julho de 1965. Foi a partir desses estudos prévios, preparados no ambiente político brasileiro, que Santos dará início no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile em 1967 a uma ampla pesquisa sobre as novas relações de dependência (Santos, 1994, p.28-29).

## 5. Resultados e Discussões

### 5.1. “Esquerda Revolucionária” ou “Nova Esquerda” brasileira?

Como visto ao longo da pesquisa, não há nada de acidental no fato de que a teoria da dependência tenha iniciado seu desenvolvimento no Brasil. Esse fato é evidente se considerarmos que os principais nomes desta corrente sejam brasileiros como Ruy M. Marini, Fernando H. Cardoso, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, ou como o norte-americano/alemão André Gunder Frank que esteve no país entre 1962 e 1964. Portanto, como a pesquisa busca demonstrar, não seria adequado cindir as origens da teoria marxista da dependência daquelas relativas à formação da *Esquerda Revolucionária* no Brasil. Para melhor compreender o surgimento e formação da *Esquerda Revolucionária* é necessário destacar X fontes principais, tanto externas quanto internas ao processo brasileiro, tomando por base tanto documentos da ORM-POLOP, como análises posteriores dos próprios intelectuais envolvidos na militância dentro da organização: a) *externamente*, verifica-se o crescimento do bloco socialista pós-1945, que o levam a englobar países com diferentes formações econômico-sociais, possuidores de distintas tradições revolucionárias, confrontados com questões peculiares, que suscitaram variações específicas de aplicação original do marxismo, minando as condições que sustentavam a direção centralizada do movimento comunista. Tal realidade tornou-se irresistível após o processo de desestalinização, mas se viu agravado enquanto se consolidava o processo revolucionário chinês. O conflito ideológico iria assumir plena significação para o movimento revolucionário latino-americano através da Revolução Cubana, e da transição ao socialismo em 1962. Nesse sentido, o impacto da Revolução Cubana se deu em várias direções, como a destruição da tese da conciliação de classes sob a direção política da burguesia nacional, a re colocação do problema da conquista do poder político pelas massas e a radicalização das posições de todas as classes na América Latina, reabilitou o marxismo-leninismo na região, liquidando preconceitos sobre sua incompatibilidade com a realidade continental; b) *internamente*, as mudanças dizem respeito ao maior dinamismo econômico e social que se inicia com o processo de industrialização nos anos 1920. Ainda que o processo de industrialização modifique as posições dos grupos e classes sociais que dele participam, como a relativa crise do setor latifundiário-exportador e a participação direta da burguesia industrial no bloco do poder, a

participação e os benefícios para as classes trabalhadoras urbanas e rurais resultantes de tal processo são bastante desiguais, para não dizer escassos. Sem a transformação efetiva da estrutura fundiária no país e o enfrentamento consequente do papel do capital estrangeiro no país, a industrialização tendeu a aprofundar suas tendências concentradoras de renda e de maior exploração do trabalho. Assim, a industrialização por apresentar tais características, compreende-se que nos anos 1960 a inquietação social no país cresça em razão direta do processo de desenvolvimento capitalista, gerando um clima de reivindicações econômicas e de crises políticas cada vez mais acentuadas. Nesse sentido, o ambiente político e intelectualmente instigante de combate às concepções liberais, abriram espaço para o debate público sobre a modernização e o desenvolvimento, tendo como centro irradiador era Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) fundado no governo do presidente Juscelino Kubitschek em 1955, influenciando não apenas as posições políticas reformistas do PCB e PTB, mas também formando uma jovem intelectualidade não filiada a tais partidos. Considerando a situação internacional do movimento comunista, e somando a este o maior dinamismo do capitalismo brasileiro, compreende-se o colapso do monopólio do marxismo exercido pelo PCB. A crise político-ideológica do PCB acelerou a desorganização nos meios de esquerda, mas permitiu o retorno às fontes marxistas, criando condições para leituras originais da realidade brasileira pelas novas organizações (Polop, 1963, p.28-29).

É neste contexto complexo que se dá o surgimento da *Esquerda Revolucionária* que define o conjunto de grupos ou organizações que em resposta ao reformismo do PCB e do PTB adotam como denominador comum o caminho da insurreição como única via para a revolução. É rompida a tese política de conciliação com as frações industriais da burguesia e reivindicada a plena e completa autonomia organizativa e política do movimento proletário frente à burguesia. Trata-se, portanto, de um degelo teórico que, na prática, se materializa na formação de novos agrupamentos de esquerda, que afloram na vida política, com maior ou menor prazo de vida. A proliferação de novos agrupamentos de esquerda se dão de duas maneiras: pela cisão de organizações já existentes (caso do PCB) e pela constituição de grupos novos, e resulta das opções que o debate coloca indivíduos ou setores de organizações mais antigas e as jovens que despertam para a atuação revolucionária (Polop, 1963). Em síntese a maioria dos grupos, organizações e



partidos da *Esquerda Revolucionária* concluíam a falta de vocação revolucionária da burguesia brasileira, recusando qualquer perspectiva de caminho gradual e pacífico para o socialismo (Bambirra, 1972).

A questão é que existia dentro dessas organizações diferenças substanciais em relação à definição da natureza da revolução, o modo de conceber as formas de insurreição, como também o sujeito da revolução. Não é possível repassar em detalhes as características de cada organização, como também as classificações do novo conjunto de organizações surgidas pós-1961 também não é unívoco. Por exemplo, Daniel Aarão Reis Filho, ainda que demarque o surgimento da ORM-POLOP como início da quebra do monopólio pecebista, define o conjunto de novas organizações políticas genericamente como *Nova Esquerda*, englobando aí uma série de características comuns que tende a perder de vista as diferenças entre cada uma das organizações. Elencando as características comuns à *Nova Esquerda* estar seria: a) ruptura com aspectos essenciais da orientação política do PCB, como a conciliação de classes dirigida pela burguesia industrial e a defesa do caráter socialista da revolução brasileira; b) a reivindicação de novos modelos revolucionários internacionais, como por exemplo, a revolução cubana, a revolução chinesa e a revolução vietnamitas como modelos de inevitabilidade da luta armada para alcançar a libertação nacional. Todavia, reserva à ORM-POLOP como a única organização que conferia centralidade ao modelo insurrecional da revolução russa; b) a confiança na ação e na intervenção da vanguarda. Fundamentados na pedagogia do exemplo de grandes revolucionários, a vanguarda estava munida de valores como o sacrifício, ascetismo, a ofensiva retilínea, não sujeita a recuos; e, d) quase que exclusiva à ORM-POLOP, a preocupação com a aplicação original do marxismo à realidade brasileira e latino-americana (REIS FILHO, 1985, p.17-18).

Considerados os inconvenientes da classificação de Reis Filho, a definição mais ampla das novas organizações como *Esquerda Revolucionária* e suas divisões internas estabelecida por Vânia Bambirra (1972, p.52-71) em *pró-chineses*, *foquistas* e a *nova esquerda*, sem dúvida ganha em sofisticação. Nesse sentido, a autora define a *Esquerda Revolucionária* como o conjunto de novos agrupamentos de esquerda cujo denominador comum encontra-se no fato de, em resposta ao reformismo do PCB, colocarem a via insurrecional como única via para a revolução. Porém, existem no interior dessas organizações diferenças substantivas no que diz respeito à definição do caráter da revolução, o modo de conceber as formas

adotadas pela via insurrecional e, conseqüentemente, a orientação de sua atividade prática. A autora ainda adverte que estas novas organizações passam longe do *purismo*, posto que sempre houve uma circulação relativamente intensa de militantes entre estes três tipos de organização, provocada tanto pelas debilidades de explicitação de uma coerente linha teórico-prática, como pela existência de uma concepção empirista e imediatista, da convicção de parte da militância de seguir junto sempre daquela organização que transparecesse uma posição mais combativa (Bambirra, 1972, p.52-53).

Vale destacar que as análises de Bambirra não se limitam apenas às organizações brasileiras, senão que as estendem a toda a América Latina. Sendo assim, a tipologia interna à *Esquerda Revolucionária* estabelecida pela autora em síntese seria:

a) *Os pró-chineses* – São as organizações que se formaram sob a influência do conflito sino-soviético e adotaram a posição chinesa. A maior parte delas foi constituída por dissidentes dos PC's latino-americanos. Assim como ocorrido na China, apresentavam a revolução na América Latina como de libertação nacional, democrática, anti-imperialista e anti-feudal, aberta à participação de todos os setores nacionalistas opostos ao imperialismo. Os inimigos imediatos seriam as classes oligárquicas-feudais, aliadas do imperialismo, e ainda que sua ideologia revolucionária fosse proletária, o sujeito fundamental da revolução seria o campesinato. A diferença fundamental com o *foquismo* estaria no plano tático, posto que a luta guerrilheira deveria se precedida pelo trabalho político entre o campesinato das regiões escolhidas (Bambirra, 1972, p.55-56).

b) *os foquistas* – são as organizações que se formaram com propósitos insurrecionais imediatos. Definiam que as condições objetivas já estavam dadas para a revolução, de modo que as condições subjetivas seriam precipitadas através da luta insurrecional a partir da criação do foco guerrilheiro. Concebiam a natureza da revolução como de libertação nacional, anti-imperialista e anti-feudal, tendendo à transformar-se em anticapitalista. O campesinato era entendido como classe fundamental, relegando ao proletariado um papel secundário. Em geral, subestimavam a necessidade de um partido bem organizado e a formação ideológica de seus militantes, acreditando que tanto o partido quanto os militantes se forjavam na própria luta. Ainda que tenha existido uma variedade de orientações foquistas, inclusive mais flexíveis combinando guerrilhas com ações urbanas, esse

tipo de orientação era marcada pelo imediatismo que escondia uma concepção elitista que relegava a segundo plano a organização e a participação criadora das massas, reduzindo seu papel ao apoio ao movimento guerrilheiro (Bambirra, 1972, p.56-57).

c) *a nova esquerda* – são as organizações que se formaram em oposição teórica à linha política dos PC's. Colocavam como objetivo inicial fundamental a constituição como vanguarda da luta ideológica contra o reformismo, para posteriormente criar um Partido revolucionário que se apresentasse como alternativa real diante dos partidos reformistas, e avançar as lutas de classes, preparando as condições para insurreição popular. A nova esquerda concebia o caráter da revolução como socialista, e por sua vez, anti-imperialista e anticapitalista, conduzida pela aliança operário-camponesa, sob a liderança da classe operária. Na maior parte das vezes, essas organizações eram formadas por jovens estudantes independentes, poucos trotskistas e dissidentes do PC e dos partidos populistas. Estas organizações tinham por característica uma visão de conjunto do processo econômico e político, justamente pelo *esforço de aplicar criativamente o marxismo às novas condições do capitalismo dependente*, o que se refletia no seu rechaço ao imediatismo da luta – em oposição ao *foquismo* –, por sua preocupação com a formação de quadros políticos e na importância conferida à luta política e à elaboração de uma estratégia revolucionária adequada à situação do continente (Bambirra, 1972, p.58).

Como elencado acima, as raízes da *Esquerda Revolucionária* devem ser buscadas na própria dialética do desenvolvimento capitalista brasileiro, que Bambirra estende à América Latina dos anos 1960. Nesse sentido, dada a contestação ideológica com o reformismo vigente, a via insurrecional da revolução e o papel da organização política para uma política independente da classe trabalhadora, para o caso a ORM-POLOP serão tratados como sinônimos as definições de *Esquerda Revolucionária* e *Nova Esquerda*, ainda que tenham sido elencadas distinções substantivas ao interior do bloco.

## 5.2. A ORM-POLOP e a interpretação do capitalismo brasileiro

O aprofundamento da crise do capitalismo brasileiro em fins dos anos 1950 demandava novos marcos para a compreensão da realidade, articulando as situações nacional e internacional, quer dizer, situando a dinâmica do capitalismo brasileiro no interior do sistema imperialista, como parte da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, havia a sensibilidade de parte da militância daquela época – seja a militância independente ou a dissidente dos partidos até então existentes – da centralidade da tarefa de renovação teórico-política do campo de esquerda e de articular esse campo no sentido da construção de uma alternativa ao reformismo, à conciliação de classes sob a direção da grande burguesia industrial. De acordo com Luíz Alberto Moniz Bandeira, após a formação da *Liga Socialista Independente*<sup>3</sup> (LSI) em São Paulo em 1956, e da *Juventude Socialista*<sup>4</sup> (JS-PSB) no interior do Partido Socialista Brasileiro em 1957 no Rio de Janeiro (BANDEIRA, 2017, p. 12), foi decidido que naquele momento o instrumento político de renovação do marxismo e a aglutinação da esquerda se efetivara na publicação da *Revista Movimento Socialista*, que teve dois números publicados em 1959. Essa revista obteve certa repercussão, aglutinando não apenas grupo luxemburguista da LSI de São Paulo, e a JS-PSB do Rio de Janeiro, mas atraindo também grupos dissidentes do trabalhismo em Minas Gerais, o, além de outros militantes independentes, como por exemplo, da Escola Brasileira de Administração de Pública<sup>5</sup> (EBAP).

A partir da recepção positiva da revista e da ampliação dos contatos foi redigida por Eric Sachs<sup>6</sup> a convocatória em julho de 1960 para o I Congresso que ocorreria em fevereiro de 1961, no interior de São Paulo. Ainda seriam realizados

---

<sup>3</sup> Participaram da fundação da LSI: Hermínio Sacchetta, Alberto Luiz da Rocha Barros, Paulo Singer, Maurício Tragtemberg, Michael Löwy entre outros.

<sup>4</sup> E da fundação *Juventude Socialista* participaram Wilson Peixoto, Walter Costa Mercês, Gerson Pereira e Eric Sachs.

<sup>5</sup> Ruy Mauro Marini tomou contato com a JS-PSB quando residia na França em 1958, e em seu memorial sugere que a *Revista Movimento Socialista* publicou um artigo de sua autoria, onde ajustava suas contas com o nacional-desenvolvimentismo (Marini, 2005, p. 63). Supomos que provavelmente o artigo seja “Verso e Reverso do Desenvolvimento”, publicado sob o pseudônimo Agripino Soares Thomas (Marini [Thomas], 1959).

<sup>6</sup> Não é fácil recuperar a trajetória pessoal dessa importante figura da esquerda brasileira, mas em síntese podemos dizer que Sachs nasceu em 1922 em Viena, filho de ucranianos, em 1937 fugindo da ascensão nazista muda-se com a mãe para ex-URSS, posteriormente, dados os expurgos da república soviética, aportam no Brasil em 1939. Em certas ocasiões assinava seus artigos sob o pseudônimo Eurico Mendes ou Ernesto Martins. As polêmicas ao redor de sua importância e de suas contribuições para a ORM-POLOP suscitam discussões, que ora parecem beirar o “imaginário fantástico” como as de (Meyer, 2009), como ora repletas de ressentimentos como as de Bandeira (2017).

mais três congressos em 1962, 1963 e 1967, quando a organização se converte em Partido Comunista Operário (POC<sup>7</sup>) (Reis Filho, 2006, p. 55-56). As teses da nova organização eram influenciadas por referências diversas, desde Nikolai Bukhárin, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e Vladimir Lenin até intelectuais menos conhecidos no país como dois militantes da Liga Spartakista alemã Heinrich Brandler e August Thalheimer, inspiradores do ideário da Oposição Comunista Alemã antiestalinista e caracterizada por sua autonomia criadora de uma elaboração original (Meyer, 2009a).

Sua militância era formada basicamente por jovens intelectuais, estudantes, militares de baixa patente e, em menor número de operários industriais (Mattos, 2007). De acordo com Marini (2012, p. 220), sem dispor de aparatos armados e carente de uma base proletária significativa, a organização buscou amparar-se em seus princípios, em sua capacidade de produção teórica para lograr se afirmar no seio da esquerda. Esse fato levantou uma série de críticas ao suposto *intelectualismo* da organização, porém, a maior limitação da organização para favorecer a aglutinação da esquerda revolucionária, resultou principalmente de sua incapacidade de aprofundar seus acertos teóricos e convertê-los numa estratégia global de ação, que respondesse às exigências da luta de classes em nível político e militar.

A questão fundamental é compreender que a Polop instaura através de suas circulares, jornais e revistas, documentos de debate interno e o próprio programa político elabora um novo marco de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro e, por consequência, da natureza da revolução. Tal elaboração de um novo marco de interpretação do capitalismo brasileiro estava diretamente relacionada à conjuntura dos anos 1950-1960, quer dizer, a crise estrutural do próprio desenvolvimentismo que se delineava na elevação da inflação como mecanismo de acumulação das burguesias, a insatisfação popular frente ao aumento do desemprego, o surgimento de um movimento camponês organizado pondo em xeque a estrutura da propriedade da terra, as recorrentes greves contra a perda do poder de compra dos salários, obrigavam à redefinição política e

---

<sup>7</sup> Não é possível reproduzir a história detalhada de ascenso e crise da organização, a composição de seus quadros militantes e nem sua inserção na cena política, para aprofundamentos sugerimos Mattos (2007), Leal (2014), Kamayama e Stotz (2016) e Moniz Bandeira (2017).

organizativa da esquerda brasileira, à leitura mais detida da nova fase do capitalismo no país, de suas contradições fundamentais.

Na *Convocatória para o 1º Congresso da Polop* de 1960, logo no primeiro parágrafo encontramos a exortação da palavra de ordem “*chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária*” (Polop, 2009, p. 21). Nesse sentido, o documento coloca como tarefa fundamental dos marxistas brasileiros a formação de um *partido independente da classe operária*. Levantando a questão de que os partidos que deveriam se prestar a esse papel não preencheram a função de defesa dos interesses da classe trabalhadora, quer dizer, o PCB não se converteu no partido operário, como também o PSB e o PTB. A convocatória levanta duas questões recíprocas: como chegar ao dito partido nas condições concretas das lutas de classes no país; qual é a forma que o partido tomará sob essas condições. A tarefa que a convocatória se propõe vai além da mera aglutinação de indivíduos insatisfeitos com a condução dos partidos reformistas. Ainda que existisse naquela conjuntura uma vastidão de militantes de esquerda que buscassem um campo de ação, com composição heterogênea e praticamente unidos pela crítica à linha do PCB, as divergências eram profundas: desde uma parca preocupação com o problema do marxismo no Brasil, ou pelos esquemas prontos e elaborados trazidos de fora, tal como o da revolução russa, mas também aqueles que refutam a cópia de qualquer modelo revolucionário precedente.

Tal palavra de ordem, no contexto de sua redação tem consequências políticas e teóricas fundamentais de amplo alcance ao definir que a tutela e domínio burgueses sobre o proletariado se expressam materialmente pela legislação sindical e outros aparelhos de repressão, e ideologicamente pelas teorias que pregam a comunidade de interesses entre a burguesia e o proletariado (nacionalismo, desenvolvimentismo), que têm como consequências o sacrifício das reivindicações próprias do proletariado. Da imperiosidade do movimento autônomo do proletariado, a Polop saca os limites do anti-imperialismo nacional-desenvolvimentista devido às articulações de interesses entre as burguesias nacional e imperialista, concepção que futuramente será central à teoria marxista da dependência:

*A penetração das ideias desenvolvimentistas no meio operário foi facilitada por uma hábil exploração dos sentimentos anti-imperialistas reinantes nas massas. (...) Em primeiro lugar, era importante para ela*

*[burguesia nacional] procurar neutralizar a luta anti-imperialista, que tinha de se dirigir contra si mesma, pois ela, apesar de todas as divergências internas, colabora com o imperialismo, aceita a sua cooperação para o desenvolvimento e o apoio na política internacional. Em segundo lugar, soube aproveitar esse movimento, quando achava útil, para melhorar sua posição na aliança que conversa com o imperialismo – onde está relegada ao papel de “primo pobre”. E em terceiro lugar, o problema da luta anti-imperialista como foi colocado pela chamada esquerda, reforça a aparente comunidade de interesses e justifica mais uma vez, os sacrifícios por parte do proletariado (Sachs, 1960, p.25-6).*

O documento da *Convocatória...* tem consciência de que não se trata de fundar apenas mais um sigla, mas de criar as condições desde o novo instrumento político para a construção de um partido proletário efetivamente orgânico. Essa tarefa de construção não resultará da simples elaboração de um documento e um estatuto, mas da formação de quadros com habilidade de *estudar e interpretar a realidade brasileira sob um ângulo marxista*, de analisar a situação mundial e assimilar boa parte da experiência da luta de classe em escala internacional (Sachs, 1960, p. 29). Essa perspectiva é mais bem desenvolvida no texto *O nome e um Programa* em que se apresentava o primeiro número do *Jornal Política Operária* em janeiro de 1962. Segundo o texto a *renovação da esquerda* dependeria:

De aplicar o método do marxismo naquilo que comumente se chama realidade brasileira. Foi a insuficiência desse esforço, no passado, o abismo que o militante encontrava entre a prática política diária e a teoria socialista, que dirigiu os seus olhares para fora, à procura dos problemas insolutos. Muito se falou então entre nós do ‘caminho russo’, ‘chinês’, ‘iugoslavo’ e, recentemente, do ‘modelo cubano’. Estes exemplos têm valor para mostrar que países menos desenvolvidos que nós já encontraram caminhos para se livrar da exploração capitalista, mas os ensinamentos que podemos tirar das lutas de classe desses povos não são um convite à imitação. Ao rejeitarmos as tentativas de imitações não o fazemos, certamente, por motivos nacionalistas em voga, e sim pela consciência de que todo povo e todo movimento revolucionário têm de cavar o seu caminho. Os exemplos ensinam, mas não poupam o trabalho. *O marxismo, onde abalou o mundo, foi antes de tudo criador. A falta de uma aplicação construtiva do marxismo e das experiências do movimento internacional à realidade do país fez com que a esquerda, finalmente, se limitasse a*

*desempenhar suas atividades não em função da sua classe operária e dos seus objetivos históricos, mas sim como apêndices da política externa de países que já realizaram suas revoluções. A estratégia e tática da esquerda não mais foram determinadas pelos interesses e necessidades do proletariado brasileiro e foi esse fenômeno que atrasou a formação política do nosso movimento operário (Polop, 1962a, p. 2-3, grifo nosso).*

Vemos aqui a crítica direta a um dos equívocos do PCB de simplesmente copiar e tentar implementar modelos revolucionários exteriores à realidade brasileira. Essa crítica será continuada na redação sofisticada em *Dialética da Dependência* de Ruy Marini (1981, p. 14), quando este afirma que diante do parâmetro puro do modo de produção capitalista, a economia latino-americana apresenta peculiaridades que às vezes são dadas como insuficiências e outras como deformações. Para a Polop a independência organizativa do proletariado deveria se livrar do duplo espectro de dominação: internamente da coalização nacional-desenvolvimentista, e externamente da rigidez das determinações do Comitê Executivo da Internacional Comunista.

A superação dessa dupla limitação poderia ser efetivada através da interpretação e aplicação original do marxismo à realidade brasileira. Ainda que existissem críticas isoladas à sobrevivência de resquícios feudais e à externalidade do imperialismo à realidade brasileira – críticas internas ao PCB e geniais como as de Caio Prado Júnior em *História Econômica do Brasil* –, até os anos 1960, a tese do porvir da revolução democrático-burguesa se manteve hegemônica na esquerda do país. A insistência da organização sobre a importância do debate teórico e da formação de seus quadros, a ponto de forjar uma linguagem comum, não resulta de qualquer *preciosismo teórico, intelectualismo ou elitismo*. Ao contrário, como teoria revolucionária, o marxismo funde *teoria e prática* como sustentado por Marx em sua *décima primeira tese sobre Feuerbach*. O aprofundamento da crise do nacional-desenvolvimentismo em 1963 colocava em evidência os resultados políticos da *insuficiência teórica* do movimento revolucionário no país. Nas teses aprovadas em seu *II Congresso* de 1963, a organização avalia três problemas da esquerda resultantes de suas insuficiências teóricas: a) a incapacidade que demonstram em definir com precisão a fase que atravessa a realidade brasileira e, conseqüentemente, as tarefas a realizar; b) evidencia-se no esquematismo e no



dogmatismo, como também no baixo nível das discussões internas ou entre as organizações; e, c) no despreparo de seus quadros e na carência do trabalho interno de formação para superar tal inconveniente (Polop, 1963, p.27).

As resoluções e diretrizes resultantes do *II Congresso* realizado em janeiro de 1963 já indicava à direção e aos quadros da organização que algumas de suas ideias já haviam provocado certa reação no conjunto da esquerda, fato que junto ao próprio acirramento das lutas de classes e a possibilidade concreta de uma saída bonapartista, aprofundaram as rupturas no interior do PCB, fragmentando a esquerda no país – como foi atestado nas discussões sobre a *Esquerda Revolucionária* no tópico anterior. Com a crise econômica e política brasileira, ganham maior força as preocupações da organização sobre a forma de se organizar e se fortalecer internamente, sobretudo, a clareza de que aquele ano – 1963 – era o momento de maior amadurecimento de um projeto independente da classe trabalhadora, de formação de uma *Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*<sup>8</sup>:

[A organização] Considera esta que as condições objetivas do país exigem a denúncia da política de colaboração de classes, preconizada pelos reformistas e nacionalistas, que atrela os trabalhadores ao carro da burguesia, submete-os sem defesa à opressão do Estado latifundiário-burguês e impede que o Brasil se liberte do jugo imperialista. Como alternativa a essa orientação, que não corresponde aos interesses do proletariado, POLÍTICA OPERÁRIA propõe a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as classes exploradas de todo o país (Polop, 1963a, p.7).

O documento é aberto com a crítica direta ao colaboracionismo de classe propagado pelo PCB, de que no interior da reorganização do sistema inter-imperialista, haveria certo conflito entre a burguesia nacional e o imperialismo. Essa leitura equivocada teria levado o PCB a estabelecer um plano de apoiar a burguesia nacional, abandonando qualquer pretensão de dirigir o movimento operário. Por outro lado, a organização tem plena convicção de que a ação independente do conjunto das massas exploradas e dominadas pela burguesia, na conjuntura dos anos 1960, era inviável sem a ação conjunta da esquerda. Outra vez, defende-se a proposta da autêntica Política Operária:

---

<sup>8</sup> Sem dúvidas essa Frente era o meio de se opor à “frente única com a burguesia” preconizada pelo PCB.

Uma *política operária para o Brasil* – esta é a tarefa que a esquerda está, neste momento, chamada a realizar e que impõe, para seu exercício, um Partido Revolucionário capaz de efetivá-la. Esse Partido não surgirá de vez, mas se formará organizadamente, a partir da luta diária das massas, no entrechoque das grandes e pequenas batalhas que o proletariado trava contra a exploração de que é vítima. Unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta e orientá-la no sentido de uma verdadeira luta de classe – e é no bojo desse processo que se há de formar o Partido. Ao traçar as diretrizes de sua atuação, a Organização visa contribuir para que se formule a política operária que a situação do país exige, e conclama todas as forças da esquerda para, em frente única, fazer avançar a luta pelo Brasil Socialista. (Polop, 1963a, p.7).

Essa concepção da Política Operária para o Brasil indica o posicionamento da POLOP no interior da disputa hegemônica. Ao mesmo tempo era claro para a organização de que esta *Política Operária* seria irrealizável valendo-se apenas de seus escassos meios, por isso, conclamava a formação de uma *Frente da Esquerda Revolucionária* reunindo esforços com as novas organizações como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) (Polop, 1963, p.7).

Ainda que não seja possível aprofundar todos os pontos trazidos pelas diretrizes e teses aprovadas nos documentos do *II Congresso* de 1963, ele aborda a crise brasileira de modo bastante original, ao situar a crise do capitalismo como situação inédita no país devido as condições internas da mesma, desligadas de uma crise capitalista internacional de maiores proporções. É notável que haja apenas uma menção à categoria “dependência”, quando o documento refere-se aos limites de produtividade do imperialismo dado o “baixo consumo das áreas dependentes” (Polop, 1963a, p.11). Ainda que haja certo otimismo em relação à situação internacional de crescimento do bloco socialista, de que a revolução mundial estaria a alguns passos daquela conjuntura, a relação dialética com o sistema imperialista, como mencionado não se dava num contexto de crise capitalista mundial, mas do novo papel desempenhado pelo imperialismo na economia brasileira, de como a nova fase da industrialização em condições de subdesenvolvimento torna o imperialismo parte orgânica da formação econômico-social brasileira.

De acordo com as *Perspectivas das Lutas de Classes no Brasil – Teses Aprovadas no II Congresso*, o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro

ganha impulso a partir da segunda metade do século XIX, com a guerra do Paraguai, ganhando novo impulso com a abolição, mas acelerando-se a partir da desorganização do sistema capitalista mundial com a Primeira Guerra Mundial de 1914. Desde então, a nascente burguesia industrial começa a disputar o aparato político com o setor oligárquico-latifundiário. Tal situação só encontra solução com a Crise de 1929 e com a Revolução de 30. O *compromisso de 1937* representa a solução *bonapartista* encontrada pela burguesia para garantir sua permanência no poder e para criar condições estáveis para seu desenvolvimento. A questão é que a partir do segundo Governo de Getúlio Vargas, os conflitos com o setor latifundiário e a crise deste setor exigem a revisão do *compromisso de 1937*. A primeira revisão deste compromisso desenvolve-se ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, de modo que a “revisão constituiu, basicamente, em arrogar-se à burguesia o direito de mobilizar as disponibilidades internas e externas do sistema para a implantação da indústria de base, sem prejuízo dos privilégios concedidos aos latifundiários e grupos comerciais nacionais e estrangeiros vinculados à exportação” (Polop, 1963b, p.21). A consequência da revisão foi não apenas o crescimento da burguesia industrial e financeira, mas seu entrelaçamento com o capital estrangeiro em caráter ainda mais radical. Nesse sentido, a crise de crescimento brasileira, que abre uma nova perspectiva para lutas de classe no país, é lida como crise da industrialização ou também crise do nacional-desenvolvimentismo:

“A crise de crescimento do sistema capitalista traduziu o estrangulamento da expansão econômica que se vinha operando a partir da última guerra mundial. Caracteriza-se, de um lado, pelo desajustamento entre a necessidade de mercados e divisas, que experimenta a burguesia, e a atual estrutura do sistema de produção e de trocas; e, de outro lado, pelo esgotamento da inflação como instrumento capaz de promover a acumulação de capital e, portanto, de manter o ritmo de industrialização” (Polop, 1963a, p.8).

Nesse sentido, o processo de crescimento capitalista coloca a fração burguesa – sobretudo paulista – como fração hegemônica no interior do bloco burguês, de modo, que não se trata mais de uma classe alijada ou sócia menor no plano político. A crise da industrialização por substituições de importações levanta uma aparente crise entre a burguesia nacional, o sistema latifundiário e a burguesia

imperialista, crise esta que tem sua revisão confiada ao governo de Jânio Quadros que instaura a “política de autoridade”.

Dado o desgaste da inflação como parte da acumulação capitalista, o ascenso do movimento de massas, o exemplo próximo da Revolução Cubana, e as limitações do mercado interno dada a própria peculiaridade do desenvolvimento capitalista periférico, a revisão da crise começou pelo esforço de uma política externa independente, pelo anúncio de algumas reformas estruturais (reformas de base) – que desencadeou a reação das demais frações dominantes da burguesia. A prática e erro de cálculo desse *governo de autoridade* é resumida nos seguintes termos:

“[Jânio Quadros] governando acima dos partidos, reforçando constantemente seu poder pessoal, neutralizando a esquerda pelo imprevisto de suas atitudes – o governo Jânio Quadros reuniu em torno de si a quase unanimidade da opinião pública e representou um ensaio da burguesia no sentido do bonapartismo. E é provável que, sem sua precipitada renúncia – sobrevinda no momento em que os choques de interesses provocados pelo Governo não haviam, ainda, permitido a consolidação da unidade burguesa à sua volta – tal ensaio tivesse sido levado além, isto é, à forma de ditadura bonapartista pura e simples” (Polop, 1963b, p.21).

O desfecho foi a crise política aberta em agosto de 1961 com a renúncia de Quadros, o ensaio de golpe contra João Goulart. Essa crise político-econômica levou as massas urbanas a maior radicalização e diante o intento de intervenção popular na vida política do país, a classe dominante recua através da emenda parlamentarista, onde Goulart assume o governo numa forma de presidencialismo enfraquecido. A radicalização popular e o exemplo próximo da Revolução Cubana levaram vários setores da esquerda a descuidar das tarefas de organização e permitir que os acontecimentos ocorressem livremente. Frente à análise conjuntural realizada pelas resoluções e teses do *II Congresso*, nos deparamos novamente com o problema teórico levantado por seus quadros desde 1959: de um lado o *oportunismo*, entendido como atuação política sem diretrizes próprias, realizada ao sabor das circunstâncias dadas pela marcha do processo político e a reboque dos grupos ou classes que desenvolvem uma ação deliberada conforme seus próprios objetivos; de outro, o *aventureirismo*, como a atuação política irracional, sem base no conhecimento objetivo das condições em que os fatos se desenvolvem, mas

antes disso, orientada subjetivamente, mais pelo desejo de seus condutores do que pela realidade (Polop, 1963b, p.27). Desse modo, o plebiscito de reestabelecimento de plenos poderes presidenciais a Goulart foi lida pelo desvio oportunista como vitória da pressão popular, na luta pela manutenção da ordem legal e democrática. Todavia, tratava-se uma aparente vitória, pois ela tinha como razão de fundo a preocupação de setores conservadores visando as eleições de 1965 – de modo que o plebiscito foi antecipado para 1963 por pressão destes setores.

A POLOP considera no documento que o apoio dado ao plebiscito pelo PCB e percebido por este como uma saída progressista – há nesse caso abertamente a política colaboracionista entre burguesia e proletariado –, que na realidade abriu margem para que a burguesia industrial se aproximasse de João Goulart e que as reformas de base fossem realizadas não para o campo popular, mas como parte de estabilização da crise do capitalismo brasileiro. Enquanto Goulart representasse a possibilidade de contenção do movimento popular, este representaria outro ensaio de bonapartismo para a burguesia, evitando, portanto a ditadura direta. Ao final do vale ressaltar a reafirmação da organização de que a formação do partido independente é indispensável a luta anti-imperialista consequente:

“a denúncia de todas as tentativas burguesas e reformistas de estruturar ‘alianças’ entre o proletariado, a burguesia nacional e certos setores latifundiários pretensamente anti-imperialistas. Semelhantes tentativas não fazem mais do que enfraquecer a luta, pois espalham ilusões acerca de classes e camadas sociais ligadas, a longo prazo, ao sistema imperialista, escondem que o operário brasileiro é vítima de uma dupla exploração, a do capitalista nacional e do estrangeiro que, disputando as suas partes da mais-valia, tiram à luta anti-imperialista o seu caráter de classe” (Polop, 1963b, p.15).

*A luta anti-imperialista consequente* simplesmente quer dizer que a destruição da ingerência imperialista, passa obrigatoriamente pela destruição do capitalismo nacional, tanto da grande burguesia industrial, como da latifundiária – esta é outra grande questão levantada posteriormente pela *teoria marxista da dependência*.

São nas análises apresentadas no documento resultante de seu IV Congresso em setembro de 1967, o *Programa Socialista para o Brasil (Programa SB)*, que encontramos a síntese do novo marco de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro e, por consequência, da natureza socialista da

revolução. Porém, trata-se de um documento com caráter muito distinto daqueles preparados anteriormente, isso porque o golpe de abril de 1964 impôs à organização as condições de ilegalidade e repressão, tanto é que parte de seus dirigentes e militantes encontrava-se presa ou exilada. E não cabe dúvidas de que as condições de repressão e ilegalidade impunham duras dificuldades ao trabalho de base e a divulgação de ideias. Mas vale destacar que este é o documento onde o desenvolvimento teórico da análise do capitalismo brasileiro é mais desenvolvido e mais sofisticado em relação aos documentos anteriores, inclusive de modo muito similar ao que viria a ser conhecido posteriormente como teoria marxista da dependência. Curiosamente, só se menciona a categoria “dependente” uma vez no programa, ainda que metodologicamente as análises sejam muito semelhantes. O programa também se vale enormemente da categoria *cooperação antagônica* do alemão August Tahlheimer para avaliar a dinâmica do sistema imperialista, como também o papel do Brasil no interior do sistema mundial. Vale a advertência que para os objetivos da pesquisa, não serão analisados todos os pontos do programa, sendo mantido o foco nas questões pertinentes à linguagem comum em relação à teoria marxista da dependência.

O novo marco de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro parte da constatação de que o Brasil não apenas é um país capitalista, mas que seu desenvolvimento se deu através da integração dependente ao imperialismo, subordinando a estrutura latifundiária a seu projeto de poder. Todavia, o documento defende que “o Brasil é hoje um país capitalista industrial, cujo desenvolvimento encontra-se bloqueado” (Polop, 2009, p.107). Nesse sentido, a suposição de estagnação econômica do capitalismo dependente, abre um flanco que colocará como alvos posteriormente os autores vinculados a teoria, como Marini, Bamberger e Dos Santos.

Outra tese interessante levantada é a defesa do caráter mercantil da produção primária exportadora desde o sistema colonial: “o latifúndio nada tem de feudal: desde o período colonial ele é basicamente um fornecedor de artigos para o mercado, guiando-se, pois, pelo lucro” (Polop, 2009, p. 113). Essa definição do caráter mercantil da produção sob o colonialismo português será retomado posteriormente por Marini, Frank, Santos e Bamberger, suscitando nos críticos à nova corrente a pecha de *circulacionismo* – como se os autores ignorassem o processo de produção do capital interno. Ainda em relação à crítica as teses do *feudalismo ou*

*semifeudalismo no Brasil*, o programa faz a vinculação do desenvolvimento industrial ao próprio setor latifundiário, como também as contradições resultantes desse entrelaçamento de interesses. O próprio Estado termina por ser instrumentalizado como um dos principais consumidores da produção industrial, mas a própria estrutura produtiva gera grandes em se formar um mercado nacional para a indústria. Portanto, ao considerar que o latifúndio não é um elemento exterior – como no *dualismo estrutural* –, a organização rompe com a noção da existência do *semifeudalismo* no país. Vale a citação inteira do trecho, por sua riqueza:

“Mas o capital industrial no Brasil surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se despreendeu disso completamente. Acomodando-se ao latifúndio, o capitalismo industrial teve, posteriormente, que arcar com as consequências: a baixa produtividade agrícola e a carência de mercado. E por outro lado, embora sem destruí-lo, a burguesia industrial vem pressionando o latifúndio a reformar-se, modernizar-se, ou seja, a racionalizar a produção. Isso quer dizer que o latifúndio não é um elemento exterior ao sistema capitalista constituído no país. Formou-se uma complementaridade entre a burguesia industrial e o latifúndio: as altas taxas de exploração vigentes no campo serviram para auxiliar a acumulação de capital para o desenvolvimento industrial. Ou através da rede bancária, ou através de inversões diretas feitas pelos fazendeiros ou, ainda, pela mediação do Estado, as indústrias cresceram alimentadas pela exploração latifundiária. Mas se o confisco cambial forneceu recursos à acumulação de capitais para a indústria, esse mecanismo foi, por sua vez, necessário ao latifúndio, por lhe dar a segurança da compra dos excedentes, amparando-lhe nos momentos difíceis” (Polop, 2009, p.108).

Para a Polop as contradições que se aprofundavam e aceleravam no Brasil eram resultados do próprio desenvolvimento capitalista, e como já indicado algumas páginas acima, não se tratavam de contradições advindas da crise nos países imperialistas. Eram resultantes da forma de integração industrial tardia ao mercado mundial, num contexto em que “as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais” (Polop, 2009, p.111). Desse modo, o capitalismo brasileiro conhece elevado grau monopolista precocemente resultante não de seu crescimento

econômico interno, mas de sua relação de dependência do capital estrangeiro para tal desenvolvimento industrial.

Mas a relação de associação dependente do capital industrial nacional com o capital estrangeiro só foi viabilizada porque nosso capital industrial “surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se desprende disso completamente” (Polop, 2009, p.109). A relação de complementaridade entre capital industrial e capital latifundiário se dava através de: altas taxas de exploração vigentes no campo e o fornecimento contínuo de trabalhadores para os centros urbanos industriais que ampliavam a oferta de braços e a redução do valor da força de trabalho; através da rede bancária, ou de investimentos diretos feitos pelos fazendeiros, ou pela mediação do Estado. Assim, se de um lado o confisco cambial favoreceu a acumulação de capitais na indústria, por outro, esse mecanismo foi necessário ao latifúndio por lhe dar segurança da compra dos excedentes, amparando-lhe nos momentos difíceis.

No *Programa Socialista para o Brasil* a entrada do capital imperialista no país não resulta apenas da incapacidade da burguesia, a complementariedade de interesses entre a burguesia brasileira e a imperialista se dá pelo fato de que:

“Para os capitalistas brasileiros a entrada desses maquinários (lá, obsoletos, mas aqui bastante modernos) significava maior produtividade e, logo, mais lucros. Por isso, o “nacionalismo” só é usado como arma de pressão para obterem mais vantagens na associação com o imperialismo. Mas o domínio imperialista mesmo não é, nem pode ser, por eles contestado” (Polop, 2009, p.111).

Nesse sentido, como destacado pelo documento as empresas estrangeiras que adentram o país o fazem com claro objetivo de “explorar seus lucros, aqui mais gordos que em seus países de origem, principalmente pela maior exploração dos trabalhadores” (Polop, 2009, p.111). O lucro extraordinário se daria não só pela maior exploração dos trabalhadores, mas também pela remessa de lucros, definida como “sangria de capitais”.

Portanto, as relações orgânicas entre a burguesia industrial, o sistema latifundiário e o imperialismo, tendem a monopolizar de modo acelerado a economia nacional, acirrando as contradições do capitalismo periférico, através de: a) *desproporção entre capacidade produtiva e capacidade de aquisição popular* – “A introdução no país das técnicas mais avançadas aumenta de muito a desproporção



entre a capacidade produtiva do monopólio e a capacidade aquisitiva do povo” (Polop, 2009, p.111-112); b) *destruição dos pequenos e médios capitais, engrossamento do exército industrial de reserva e favelização* – “Ao mesmo tempo em que a produção capitalista destrói as condições de sobrevivência dos pequenos produtores autônomos, jogando milhares de seres humanos no mercado de trabalho, o avanço técnico limita as possibilidades de emprego destas populações que, em boa parte, vão se constituir nos aglomerados miseráveis das favelas e mocambos” (Idem, p.112); c) *como consequência do acima mencionado, depressão dos salários ao mais baixo nível* – “essa concentração das empresas e progresso técnico, com o respectivo aumento do ‘exército industrial de reserva’, que deprime os salários ao mais baixo nível (p.112). e, d) *formação de preços monopólicos nos setores de ponta e lucros extraordinários* – “Outra consequência da monopolização da economia é o aparecimento dos preços de monopólio. Controlando a oferta dos artigos no mercado, o punhado de trustes que domina os grandes ramos da economia – desde a industrialização de alimentos até os remédios – manipula à vontade os preços, obtendo lucros extraordinários” (Idem, p.112).

Enquanto o nacional-desenvolvimentismo e a revolução nacional-democrática defendiam a viabilidade da reprodução das etapas de desenvolvimento dos países centrais para o país tendo a industrialização como panacéia, a Polop defendia contrariamente a impossibilidade histórica de reprodução de tais etapas, o desenvolvimento não era um *continuum* do subdesenvolvimento, mas sim parte estruturante da divisão hierárquica do sistema capitalista mundial:

“Quando o imperialismo tomou conta das regiões mais atrasadas do globo e as integrou no mundo capitalista na qualidade de regiões dependentes, ao mesmo tempo cortou suas possibilidades de repetir o processo de desenvolvimento trilhado pelas nações capitalistas avançadas” (Polop, 2009, p.114).

Ainda na crítica ao suposto papel progressista e revolucionária da burguesia industrial, a Polop avalia que esta fração do capital não somente é o responde pelo setor mais dinâmico da economia, como também já não está marginalizada do poder desde os anos 1950. Nesse sentido, ela vem aproveitando o aparelho estatal em benefício de seus interesses corporativos. “A burguesia já é uma classe no poder.

Assim, também pelas suas forças motrizes – os trabalhadores da cidade e do campo –, a revolução brasileira só poderá ser socialista” (Polop, 2009, p.114).

Como afirmado anteriormente, a convocatória de formação de um partido independente da classe operária pela Polop não se fez no vazio, mas trouxe consigo consequências políticas e teóricas fundamentais pautadas por sua coerência de princípios. A convocatória frequente da constituição de uma *Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*<sup>9</sup> é respaldada em sua análise da vinculação do capital industrial ao latifúndio exportador, à associação dependente da burguesia nacional ao imperialismo, quer dizer, da confluência de interesses das três frações que compõem o bloco no poder em detrimento de qualquer política definitivamente soberana e popular. Deste modo, são criadas as condições para a identidade de interesses dos trabalhadores da cidade e do campo, cabendo à esquerda a tarefa de construir concretamente a aliança entre esses grupos subalternos urbanos e rurais. Seria equivocado renunciar a existência de tarefas democráticas, mas estas para a Polop só poderiam ser enfrentadas e superadas no interior de um processo amplo de luta anti-imperialista e anticapitalista.

Como forma de encerrar – por agora – a análise do documento, cabe levantar um ponto que será retomado na análise da teoria marxista da dependência, de que na luta contra o inimigo principal, o imperialismo, é fundamental superar o inimigo imediato, a burguesia nacional: “integrando a burguesia brasileira na economia imperialista, o desenvolvimento capitalista nacional criou as condições para que a luta anti-imperialista hoje no Brasil só possa ser também uma luta anticapitalista” (Polop, 2009, p.112). Nesse sentido, a revolução brasileira é socialista ou não é revolução.

Ainda que no Programa se encerre com a questão da luta armada, inclusive motivo para a cisão interna e fim da organização, não houve tempo para avaliar tal discussão – que é retomada detalhadamente por Ruy Mauro Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução*. As referências ao *bonapartismo militar* estão completamente ausentes no documento, e isso é significativo, pois esta é uma discussão fundamental nas análises de Theotônio dos Santos sobre o *novo caráter da dependência* e as alternativas para o Brasil e a América Latina.

---

<sup>9</sup> A frente teria condução hegemônica proletária, mas seria composta por trabalhadores urbanos, camponato, movimento estudantil, pequena burguesia e soldados, cabos e marinheiros de origem popular.

### 5.3 – “Reelaboração” e “Presença” *polopiana* na Teoria Marxista da Dependência de Marini e Santos

Como apresentado na introdução da pesquisa, as coincidências nas trajetórias políticas, intelectuais e profissionais, a militância pela ORM-POLOP desde sua fundação, o início da docência na UnB entre 1962 e 1964, o exílio no Chile e México, e o duro retorno ao Brasil e sua reintegração à universidade, confirmam a delimitação de Marini e Santos como objeto da presente pesquisa.

Ao longo do desenvolvimento da segunda parte pesquisa procuramos analisar duas obras seminais que sintetizam o acúmulo político e teórico de ambos os autores. Porém, dada a extensão da pesquisa relativa à formação e principais elaborações da ORM-POLOP, não houve tempo hábil para a redação de uma análise apurada das obras selecionadas.

Do que até o momento pode ser considerado, nos valendo das noções de *presença* e *reelaboração* é possível apontar algumas questões interessantes relativas às obras avaliadas. De modo sintético, a *presença polopiana* é muito mais acentuada na obra de Marini do que Santos. Quer dizer, as menções e usos de categorias e conceitos provenientes da organização política em que ambos os autores militavam, se faz muito maiores em *Subdesenvolvimento e Revolução* do que em *Socialismo ou Fascismo...* De modo que, apenas para mencionar algumas categorias e conceitos como Política Operária, Esquerda Revolucionária e/ou Nova Esquerda, Frente da Esquerda Revolucionária, Cooperação Antagônica não só são muito recorrentes sob a pena de Marini, como também são centrais para o livro em questão, enquanto que na obra de Santos são completamente ausentes. Por outro lado, categorias e conceitos como Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, Bonapartismo, Fascismo e Governo de Força são encontradas em ambos os trabalhos, mas com maior acento na obra de Santos em relação à de Marini. No caso da noção de *reelaboração* a tomamos como a produção destes intelectuais que se valeram daquelas categorias e conceitos da organização política para trabalhá-los em problemáticas próprias e de maneira original. Nesse caso, a própria categoria de cooperação antagônica é reelaborada no interior da análise de Marini sob a forma da categoria de subimperialismo, como modo de explicar a dinâmica capitalista pós-golpe civil-militar de 1964, dado o estrangulamento do mercado interno, a tendência monopólica a maior integração ao imperialismo, e o papel coadjuvante do Brasil no

sistema mundial; na obra de Santos impera até o momento um enorme desacerto sobre o significado concreto do dilema latino-americano naquela conjuntura, quer dizer, o autor reelaborou parte substantiva das teses *polopianas* sobre o bonapartismo sob a forma de uma solução temporária para a crise do capitalismo brasileiro. Ao cunhar o conceito de *fascismo dependente* e como seu contrário imediato o socialismo, não seria um dilema simples, mas uma crítica direta ao *colaboracionismo*, ao *reformismo*. Quer dizer, não há viabilidade real de um fascismo dependente, mas também não há viabilidade de reformas estruturais no capitalismo dependente que não o direcionem à uma situação revolucionária. Cabe ao final a menção de que os autores focam o mesmo fenômeno – o desenvolvimento capitalista dependente brasileiro –, todavia, de prismas bastante diferentes: enquanto na obra de Marini a avaliação se dá desde a derrota do campo revolucionário e da repressão resultante das novas características da economia nacional; na obra de Santos a avaliação é realizada desde a conformação do bloco dominante, quer dizer, de como a nova dependência reorganiza o bloco dominante. Nesse sentido, ainda que sem aprofundar a questão, nos dois trabalhos parcialmente analisados é possível considerar que a noção de *capitalismo bloqueado*, presente no *Programa Socialista para o Brasil*, esteja superada. Tanto o subimperialismo, quanto o fascismo dependente, revelam uma dinâmica capitalista em nível superior, uma forma que posterga suas contradições ao futuro, mas que não são sinônimos de estancamento ou bloqueio.

Do levantado até o momento a pesquisa considera ser fundamental retomar artigos e livros previamente publicados pelos autores, que serão incorporados nos trabalhos posteriores. Trata-se ainda de uma tarefa por realizar-se, demandando continuidade do projeto.

## 6. Considerações Finais

A pesquisa desconstrói alguns “lugares comuns” sobre a formação da teoria marxista da dependência. Em primeiro lugar, o peso do exílio chileno para o desenvolvimento da teoria da dependência em sua vertente marxista. Como se mostra desde a análise documental, boa parte das reflexões já se apresentava em germe desde 1959 no Brasil. Em segundo lugar, destitui a originalidade e centralidade conferida a André Gunder Frank para a formulação das bases marxistas da teoria da dependência.

Considerando os dados, fatos e as correlações estabelecidas pela pesquisa, não é nada casual de que foram justamente aqueles intelectuais que militaram na organização política os mesmos que mantiveram “fidelidade” à teoria marxista da dependência, ainda que com enfoques e trajetórias distintas. Em 1970 Fernando H. Cardoso era enfático ao recusar qualquer *status teórico* a questão da dependência, de modo que o autor basicamente abandona novas pesquisas relativas a temática (Cardoso, 1970). Num ensaio publicado em 1972 (Frank, 1978), o autor já considerava a teoria marxista da dependência como uma corrente limitada à análise conjuntural e derrotada pelas ditaduras do Cone Sul. A sustentação da vitalidade e validade da *teoria marxista da dependência* como parte da orientação estratégica dos movimentos revolucionários da América Latina foi defendida tanto por Marini, Santos, como por Bamberger. Nenhuma de suas obras posteriores ao período considerado renega a validade do enfoque, ao contrário, tanto Marini como Santos buscaram atualizar suas leituras e contribuições sobre a dependência latino-americana.

O que a princípio parecia apenas uma tarefa simples de reunir uma dúzia de documentos de uma organização política dos anos 1960, analisá-los e, posteriormente, refazer o percurso teórico-intelectual de dois de seus militantes, para ao final levantar comparativamente a reelaboração e presença das elaborações teóricas da organização política, mostrou-se algo mais complexo do que imaginado. Sem dúvidas, ao longo de sua elaboração a pesquisa revelou-se cada vez mais ambiciosa, superando as expectativas iniciais. A pesquisa abriu a possibilidade de redação de um livro sobre a temática, dada a riqueza de materiais ainda por analisar e extrair elementos explicativos sobre a formação da teoria marxista da dependência. Fica clara a importância da inclusão das contribuições de Vânia Bamberger e André Gunder Frank como parte fundamental dessa reconstrução

histórica da teoria. A própria história da organização também permaneceu secundarizada frente aos objetivos propostos, o que demandaria retomar a trajetória política de Eric Sachs e outros militantes importantes como Eder Sader e Luiz Alberto Moniz Bandeira.

A pesquisa não teve abrangência para além dos anos 1960, mas lançando as perspectivas abertas pela pesquisa às condições atuais de retomada da teoria marxista no Brasil, algumas limitações são evidentes. É perceptível o número de trabalhos, artigos, seminários, monografias, dissertações e teses sobre a temática, mas em certos momentos prevalece o exercício de *ser mais realista que o rei*, quer dizer, parece haver uma disputa implícita sobre quem domina melhor as categorias e conceitos dos autores originais desta temática, recrudescendo ao debate acadêmico, ao *debate de pares*, perdendo claramente a perspectiva que a teoria marxista da dependência abriu: pensar a revolução brasileira e a revolução continental como parte da revolução mundial.

## 7. Referências

- BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la Dependencia: una anticrítica*. Ciudad de México: Era, 1978.
- \_\_\_\_\_. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1985.
- BEIGEL, Fernanda (2014). "A Teoria da Dependência em seu Laboratório" in *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v. 4, n. 2, 2014.
- BLÖMSTRON, Magnus e HETTNE, Bjorn. *Development theory in transition. The dependency debate and beyond: third world responses*. London: Zed Books, 1984.
- CARDOSO, Fernando. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência? In: *Estudos CEBRAP*, 1970.
- CHILCOTE, Ronald. Dependency: A Critical Synthesis of the Literature in *Latin American Perspectives*, Vol. 1, No. 1, Spring, 1974, pp. 4-29.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo & ROSS ORELLANA, César. *Las ciencias económico sociales latinoamericanas en África sudsaariana*. Santiago: Ariadna; Buenos Aires: CLACSO, 2009.
- FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1978.
- \_\_\_\_\_. *El desarrollo del subdesarrollo: un ensayo autobiográfico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- GARCIA, Antônio. "A globalização pensada da periferia: Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e a formação de uma escola de pensamento latino-americana (1945-2000)" in *ANTROPOLÍTICA*, n. 26, 2009.
- KAMEYAMA, Ceici e STOTZ, Eduardo. "A formulação do Programa Socialista para o Brasil e o caminho da independência de classe: contribuições de Érico Sachs" In: PAIVA, Sérgio (org.). *Érico Sachs/Ernesto Martins um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*. Salvador: CVM, 2016.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- LARRAIN, Jorge. *Theories of Development. Capitalism, colonialism and dependency*. Oxford: Polity Press, 1998.
- LEAL, Leovegildo Pereira. *História da POLOP: alternativa marxista ao reformismo na esquerda brasileira*. Pará de Minas: Virtual Books, 2014.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Polis /Petrópolis: Vozes, 1987.

MARINI, Ruy Mauro [Agripino Soares Thomas]. “Verso e Reverso do Desenvolvimento” in *Revista Movimento Socialista*, nº1, julho de 1959.

MARINI, Ruy Mauro. “Uma política operária para o Brasil” in *Revista Política Operária*, nº7, outubro, 1963.

\_\_\_\_\_. “La Izquierda revolucionária brasileña y las nuevas condiciones de la lucha de clases” in BAMBIRRA, Vânia. (comp.). *Diez años de insurrección en América Latina*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1971.

\_\_\_\_\_. “Memória” in Stédile, João Pedro e Traspadini, Roberta (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, (1972) 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)” in: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas: Edunicamp, 2002.

MEYER, Victor. Ernesto Martins, Érico Czaczkes Sachs in Centro de Estudos Victor Meyer (org.). *Polop. Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Artetexto, 2009.

\_\_\_\_\_. “Frágua inovadora: o tormentoso percurso da Polop” in Centro de Estudos Victor Meyer (org.). *Polop. Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Artetexto, 2009a.

OURIQUES, Nildo Domingos. “Por uma teoria marxista da dependência” in SEABRA, Raphael Lana (org.). *Dependência e Marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2017.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar Reproducción del capital y dependencia*. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

PACKENHAM, Robert A. *The Dependency Movement. Scholarship and Politics in Development Studies*. Lexington: Harvard University Press, 1998.

RAGIN, Charles. *La construcción de la investigación social. Introducción a los métodos y su diversidad*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop”. In: FERREIRA, Jorge e REIS



FILHO, Daniel Aarão (Orgs). *As esquerdas no Brasil*. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 2010.

ROSSO, Sadi Dal e SEABRA, Raphael Lana. A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília. *Sociedade & Estado*, Brasília, v. 31, n. especial, p. 1029-1050, 2016.

SANTOS, Theotônio dos. *Quem são os Inimigos do Povo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

\_\_\_\_\_. "A Ideologia Fascista no Brasil" in *Revista Civilização Brasileira*, nº3, 1965.

\_\_\_\_\_. *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973.

\_\_\_\_\_. *Democracia e Socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Memorial*. Niterói (RJ), 1994 (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Teoria da Dependência. Lugar e Papel das Ciências Sociais da UnB*. Brasília. Entrevista concedida a Sadi Dal Rosso em 18 de outubro de 2013.

SARTORI, Giovanni "Comparación y método comparativo" in SARTORI, Giovanni y MORLINO, Leonardo (comp). *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza, 1994.

VIEIRA, Amarildo Aparecido. *POLOP: Imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961–1980)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015.

## 8. Fontes

OCML-PO. *Resolução de Friburgo*. 1974. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-de-Friburgo.pdf> Acessado em 16/07/2017.

\_\_\_\_\_. *Voltando às raízes*. 1979 Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Voltando-as-ra%C3%ADzes-Sintese-das-autocriticas-da-OCML-PO.pdf> Acessado em 16/07/2017.

Política Operária. *Jornal Política Operária* nº1 ano I, janeiro de 1962a.

\_\_\_\_\_. *Jornal Política Operária* nº2 ano I, janeiro de 1962b.

\_\_\_\_\_. O Caminho da Crise Brasileira. in *Revista Política Operária nº6*, março-setembro de 1963.

\_\_\_\_\_. Diretrizes para uma Política Operária in *Revista Política Operária nº6*, março-setembro de 1963a.

\_\_\_\_\_. Perspectivas da Luta de Classes no Brasil. Tese Aprovada no II Congresso in *Revista Política Operária nº6*, março-setembro de 1963b.

\_\_\_\_\_. *Programa Socialista para o Brasil*, aprovado em setembro 1967 in Centro de Estudos Victor Meyer (org.). *Polop. Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Artetexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *Curso Básico*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2011.

*Revista Movimento Socialista*, nº1, julho de 1959.

SACHS, Eric. *Convocatória para o 1º Congresso da POLOP*, de 24 de julho de 1960 in Centro de Estudos Victor Meyer (org.). *Polop. Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Artetexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *O PSB e a fase atual da Luta de Classes*, 1983.

